



SALA DE RECURSOS – APOIOS ESPECIALIZADOS À INCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA/NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

TAVARES, Vanessa Almeida. **Sala de Recursos - Apoios especializados à inclusão escolar dos estudantes com deficiência / necessidades educacionais especiais.**

Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

Orientadora: **Dr^a Gleice Franco Martins**

RESUMO

Este artigo tem como tema Sala de Recursos Multifuncionais - apoios especializados à Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência/Necessidades Educacionais Especiais. Tem como objetivo geral compreender como se constitui o programa de Educação Especial denominado Sala de Recursos e seu papel no processo de inclusão de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no ensino comum, na medida em que essas Salas têm como principal objetivo oferecer AEE - Atendimento Educacional Especializado de forma a contribuir para com a apropriação do conhecimento científico desses alunos e, dessa forma, contribuir para seu processo de inclusão escolar e social. Caracteriza-se como uma abordagem qualitativa onde os sujeitos são estudados no cenário natural e o pesquisador por sua vez busca interpretar e entender os fenômenos em termos dos significados conferidos, pois um dos princípios do estudo é contextualizar e interpretar, os fenômenos em questão e buscar compreensão mais completa do objeto, como instrumentos de coletas foram utilizados a observação, entrevista estruturada, análise bibliográfica e questionário aberto para professores e alunos. Conclui-se que de acordo com a hipótese levantada a sala de recursos contribui significativamente para a inclusão dos alunos com deficiência no meio social e escolar, porém ainda há algumas situações que precisam ser reformuladas.

Palavras-chave. Educação. Inclusão Escolar. Sala de Recursos. Pessoa com deficiência.

SUMMARY

This article's theme is Multifunctional Resource Room - specialized support for the School Inclusion of Students. Disabilities/Special Educational Needs. Its general objective is to understand how the Special program called Resource Room is constituted and its role in the process of inclusion of students with disabilities/special educational needs in regular education, as these Rooms have as their main objective to offer AEE - Attendance Specialized Educational in order to contribute to the appropriation of scientific knowledge of these students and, in this way, contribute to their process of school and social inclusion. It is characterized as a qualitative approach where the subjects are studied in the natural setting and the researcher in turn seeks to interpret and understand the phenomena in terms of the meanings conferred, as one of the principles of the study is to contextualize and interpret the phenomena in question and seek more complete understanding of the object, observation, structured interviews, bibliographic analysis and an open questionnaire for teachers and students were used as collection instruments. It is concluded that according to the hypothesis raised, the resource room contributes significantly to the inclusion of students with disabilities in the social and school environment, however there are still some situations that need to be reformulated.

Keywords: Education. School inclusion. Resource Room. Person with a disability

INTRODUÇÃO

Atualmente, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular é um dos temas mais abordados. Ao contrário de alguns anos atrás onde haviam centros de ensino especializados para atender as pessoas com deficiência, hoje como resultado de lutas travadas pelos próprios deficientes e seus familiares, o atendimento educacional especializado ganha espaço através de leis que rompem com os tradicionais paradigmas segregativos e busca garantir as condições necessárias à inclusão tanto no meio social quanto no meio escolar.

Para verificar se realmente a escola pública de ensino está atendendo as necessidades dos educandos com deficiência no município de Barreirinha, o tema de pesquisa é: Sala de Recursos Multifuncionais –Apoios Especializados à Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência/Necessidades Educacionais Especiais. Para nortear essa temática tem-se a seguinte problemática: O atendimento educacional especializado oferecido pela sala de Recursos da escola de fato está contribuindo para o processo de inclusão escolar e social dos alunos com deficiência? E as questões norteadoras com as seguintes interrogações: O que é o Atendimento Educacional Especializado? Qual a trajetória da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva até os dias atuais? Que leis amparam a Educação Especial? Como a sala de recursos deve apoiar o aluno com deficiência inserido no ensino regular? Quais alunos necessitam de apoio da sala de recursos e com qual frequência deve ser seu atendimento? Como deve funcionar uma sala de recursos e quais recursos necessários para uma sala ideal? Como a escola pode apoiar a sala de recursos para o desempenho de um bom trabalho? Qual a qualificação e atribuições dos profissionais que atuam nesta sala?. Sob este olhar, o objetivo geral deste trabalho é: Compreender como se constitui o programa de Educação Especial denominado Sala de Recursos e seu papel no processo de inclusão de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no ensino comum, na medida em que essas Salas têm como principal objetivo oferecer AEE - Atendimento Educacional Especializado de forma a contribuir para com a apropriação do conhecimento científico desses alunos e, dessa forma, colaborar para seu processo de inclusão escolar e social. Tem como objetivos específicos: Conhecer como é realizado o apoio ao aluno com deficiência num contexto de uma Sala de Recursos de uma escola da rede municipal de ensino; Observar a frequência e o aproveitamento dos alunos

atendidos neste espaço; Identificar a qualificação do professor para atuar nesta sala; Observar quais recursos este ambiente possui e se são utilizados adequadamente.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica de natureza descritiva qualitativa, por meio de consulta em obras literárias e artigos que abordam acerca da matéria e pesquisa de campo com profissionais na escola Municipal Hilma Dutra na cidade de Barreirinha. Para a elaboração da pesquisa de campo, utilizou-se questionários aplicados aos profissionais da escola, e faz parte dos dados coletados para análise.

A estrutura deste trabalho seguiu apontamentos que divide-se em cinco tópicos e mais oito subtópicos: no tópico 1 “Atendimento Educacional Especializado” esclarece-se a função e a importância da sala de recursos na escola regular comum. No tópico 3 com o “Histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” é possível entender os desafios e o surgimento da educação especial em seu percurso histórico em quatro contextos: mundial, nacional, estadual e municipal. No tópico 3 temos as “Principais Leis da Educação Especial Brasileira” aborda-se as leis que regem a educação especial em subtópicos como: a LDB – Lei Diretrizes e Bases nº 4.024/61; LDB nº 5.692/71; Constituição Brasileira de 1988; A Política Nacional da Educação Inclusiva e a Convenção da ONU de 2009. No tópico 4 temos a Sala de Recursos – Programa de Atendimento Educacional Especializado e Promoção a Educação Inclusiva que é uma ação universal integrada voltadas para a Educação Especial Inclusiva que oferece a todos os alunos o direito de conviverem num único espaço e sempre respeitando as limitações do outro, lembrando também que a educação inclusiva não contempla somente as pessoas com deficiência, mas todas as pessoas excluídas da efetivação dos direitos à educação e no subtópico “Sala de Recursos Multifuncionais: Projeto do Governo Federal” é mostrado de que forma o governo está inserindo estas salas, critérios e permanência no programa.

No tópico 5 é apresentado a “Caracterização da Sala de Recursos”, um espaço necessário para o apoio aos alunos com deficiência nos aspectos cognitivos, emocionais, adaptados para garantir não somente o acesso do aluno, mas principalmente a sua permanência. No subtópico 5.1 é discutido a “Caracterização do público da sala de recursos” que atende aos alunos com deficiência intelectual, física, múltipla, visual, auditiva, transtornos, síndrome de Down, superdotação entre outros..É discutido sobre a adequação curricular que são meios pedagógicos que se destinam ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais favorecendo o processo de aprendizagem. E por último os Recursos materiais que

descrevem os materiais que compõem esta sala. Neste artigo ainda é possível entendermos de que forma está sendo realizado o trabalho na Sala de Recursos da Escola Municipal “Ilma Dutra” e concluirmos que o trabalho realizado está sendo fundamental para a inclusão dos alunos com deficiência no meio social e escolar.

Atendimento Educacional Especializado

De acordo com as diretrizes para a concretização da escola inclusiva que são previstas nas políticas educacionais da Educação Inclusiva, elaboradas e aprovadas no Brasil há quase duas décadas, o Ministério da Educação criou em 2008 o Decreto nº 6.5712 que institui o AEE. Por meio desse documento institui-se oficialmente o AEE em todo país, apresentando-o como “um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. Também indica que esse atendimento precisa integrar a proposta pedagógica das escolas, assim como o seu Projeto Político Pedagógico e firmar parceria da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas vigentes.

Se a escola comum tem como obrigação difundir o conhecimento universal, terá que saber como lidar com as particularidades encontradas e encontrar formas de construir o conhecimento esperado e assim alcançar seus objetivos, ainda assim, em algum momento naturalmente terá limitações, e essa situação se agrava quando encontramos um aluno com deficiência na turma. Esse fato já aponta e demonstra a necessidade de um espaço que contemple essas particularidades, que não seja eminentemente clínico e que proteja a característica pedagógica educacional. Com esta finalidade a Constituição de 1988 prevê “o Atendimento Educacional Especializado aos portadores de Deficiência”, para o que antes era deliberado como Educação Especial e todas as suas formas de intervenções. Mais a frente nos aspectos legais da Educação Especial será possível apreciar o esclarecimento da Constituição de 1988 no artigo 208 relacionado ao AEE.

O Histórico Da Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva

A história é a ciência que estuda de que forma os homens se organizaram e viveram no passado, para com isso entender o processo de constante transformação, nesse caso abordaremos o histórico da Educação Especial desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, por isso fez-se necessário conhecermos sua trajetória do geral para o específico: História da Educação Especial no Mundo, História da Educação Especial no Brasil, História da Educação Especial no Amazonas e finalmente História da Educação Especial no Município de Barreirinha, acreditando que somente assim teremos uma visão clara dos avanços e retrocessos buscados neste capítulo.

Na antiguidade não havia nem um tipo de atendimento aos deficientes, os mesmos eram abandonados, perseguidos e mortos devido a suas condições anormais, e a sociedade por sua vez legitimava essas crueldades como fatos corriqueiros. “Pessoti (1984) “diz que, embora este momento histórico não traga na literatura muitas referências quanto aos” portadores” de deficiência, sabe-se que naquela época em Esparta as crianças com alguma deficiência física ou intelectual eram consideradas subumanas, e isso tornava sua e morte e abandono aceita com naturalidade, podendo afirmar que não existia nenhum processo de interação com tais indivíduos. Na Idade Média os deficientes para escapar do abandono e da vergonhosa exposição, eram acolhidos em conventos e igrejas como forma de castigo e caridade, acreditava-se que assim as paredes escondem a pessoa incômoda e inútil. Mendes (1995) afirma que a Idade Média foi uma fase de institucionalização, onde os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.

Diversas reformas foram realizadas na década de 1920 na educação brasileira, influenciadas pelas ideias da Escola-Nova, onde vários professores psicólogos europeus vieram ao Brasil trazer novos conhecimentos, mudando assim a concepção de Educação Especial no País. No ano de 1929, chegou em Minas Gerais a psicóloga russa Helena Antipoff, que era responsável pela criação de serviços de diagnóstico, classes e escolas especiais. Fundou em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais que atendia aos deficientes. Helena contribuiu significativamente para a formação de um grande número de profissionais que, nos anos posteriores, foram trabalhar na área da Educação Especial pelo país (JANNUZZI, 1992).

Depois da segunda Guerra Mundial, a Educação Especial brasileira destaca-se pelo aumento do número de entidades privadas, ligada ampliação da população atendida pela rede pública, sendo tomada por uma proporção a nível nacional, surgindo os primeiros Serviços de Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação e campanhas nacionais de educação de deficientes, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. Segundo Jannuzzi (1992), ao longo da década de 1960, ocorreu a maior expansão no número de escolas de ensino especial já vista em todo país. No ano de 1969, havia mais de 800 instituições de ensino especial para deficientes mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960.

Enquanto que, na década de 1970, observa-se nos países desenvolvidos amplas discussões e questionamentos sobre a integração dos deficientes mentais na sociedade, no Brasil acontece neste momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. A finalidade do CENESP era “promover, em todo território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 1996, p.55).

Nos anos 70, foram criadas as classes e escolas especiais que tiveram como apogeu a criação de Serviços de Educação Especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação e do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Para Nunes e Ferreira (1994), no período compreendido entre 1976 e 1981, houve uma marcante mobilização para conscientizar as pessoas e os diversos segmentos de toda a sociedade para o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, em 1981.

Por ocasião do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981, quando o Ministério da Educação recomenda a participação ativa das organizações não governamentais no processo de “integração social”, praticamente lhes delegando a responsabilidade de desenvolvimento de oficinas de produção. (SILVA apud MAZZOTTA, 1999, p.52).

No final da década de 80, após vinte e um anos de ditadura militar, o Brasil se reorganizou, buscando garantir sua participação efetiva nas decisões políticas do país. Como resultado dessa reconstrução social democrática surgiu a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

AS PRINCIPAIS LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

A Lei De Diretrizes e Bases nº 4.024/61

Essa lei garantiu o direito dos "alunos com necessidades educativas especiais" à educação, instituindo em seu Artigo 88 que para integrá-los na sociedade esses alunos deveriam encaixar-se, na medida do possível, no sistema universal de educação. Compreende-se que nesse sistema estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especializados, mas pode-se também entender que, se a educação de deficientes não se adequar ao sistema geral, deveria constituir-se em um ensino especial, tornando-se um subsistema à margem. Esta e outras ambiguidades acentuaram o caráter confuso da educação especial no sistema geral de educação. Em 1970 foi criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que com o discurso integracionista impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação. Em 1972, o então Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/08/72 entendeu a "educação de excepcionais" como um enfoque voltado à escolarização, ou seja, como educação escolar. Logo, em seguida, nas Portarias ministeriais, abarcando assuntos de assistência e de previdência social, quando definiram a clientela da educação especial, situam-se em uma concepção distinta do Parecer. Ressaltou uma visão mais terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência e elegeram os aspectos corretivos e preventivos dessas ações, sem a intenção de se promover efetivamente à educação no contexto escolar.

A Lei De Diretrizes e Bases nº 5.692/71

A LDB para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692/71, ao que se refere ao tratamento mais específico para os alunos com "deficiências físicas, mentais, e também aos que se encontrem em atraso considerável no que se refere a distorção idade regular de matrícula e os superdotados", avigorou a organização da Educação Especial de forma paralela à educação comum do ensino regular, proporcionando o conhecimento de que alunos "atrasados" em relação à idade/série eram deficientes mentais treináveis.

A Constituição Brasileira de 1988

No ano de 1986 com a Portaria CENESP/MEC nº 69 houve a mudança da nomenclatura - "alunos excepcionais", para "alunos com necessidades educacionais especiais", contudo, nada significou na interpretação dos quadros de deficiência, assim como no ajuste dos alunos nas escolas. Por muito tempo o MEC adotou o termo "portadores de necessidades educacionais especiais" - PNEE ao se reportar a alunos que necessitam de educação diferenciada, atualmente, mas especificamente na Convenção da ONU de 2009 esse termo mais uma vez foi modificado com o termo "pessoa com deficiência". É preciso ressaltar que hoje ainda é possível encontrar professores do Ensino Regular que se consideram incapazes de atender aos alunos com deficiência nas salas de aula comuns, bem como pais de alunos sem deficiências, que não aceitam a inclusão, por acreditarem que um aluno com deficiência irá prejudicar o rendimento escolar de seus filhos.

A Política Nacional da Educação Inclusiva

No ano de 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, norteando o processo de "integração instrucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (BRASIL, 1994). Essa Política resalta novamente as hipóteses construídas a partir de protótipos homogêneos de aprendizagem e participação, não provocando assim uma readaptação das práticas educacionais, a fim de que as mesmas valorizem os distintos potenciais de aprendizagem no ensino comum.

A Convenção da ONU De 2009

A Convenção tinha como principal objetivo garantir efetivamente os direitos das pessoas com deficiência, instituído dessa forma a um sistema de monitoramento internacional da aplicação da Convenção, por meio da criação do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a nível das Nações Unidas.

Sala De Recursos – Programa de Atendimento Educacional Especializado e Promoção a Educação Inclusiva

A educação inclusiva busca quebrar um paradigma tradicional de diferenças dentro das instituições de ensino, conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis, e que progride no que se refere à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão tanto dentro da escola quanto fora dela. É necessário então, entender e reconhecer, os desafios encontrados no sistema de ensino, encarar a realidade das práticas discriminatórias, criando desta forma alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume um papel fundamental como mediadora entre a sociedade contemporânea e a escola na extinção ou mesmo a diminuição da exclusão. Diante deste contexto e a partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, mas vale ressaltar que acaba implicando numa mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Durante um bom tempo acreditou-se que o atendimento educacional especializado paralelo à educação comum seria a forma mais adequada para atender pessoas com alguma deficiência ou que de alguma forma não se enquadraram ao sistema de ensino comum ditado como rígido. O que atualmente contrapõe a perspectiva de educação inclusiva, principalmente quando se trata de questões pedagógicas.

No entanto é preciso ter cuidado para entender que a educação inclusiva não se refere somente às pessoas com deficiência, que necessitam de algum atendimento especial, ela é uma abordagem que busca atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. Mas será enfatizado principalmente os alunos com necessidades educacionais especiais, os quais, historicamente, têm sido excluídos do processo de escolarização e que se integram a esta pesquisa.

Sala de Recursos Multifuncionais: Projeto do Governo Federal

A Sala de Recursos Multifuncionais é um projeto educacional criado pelo Governo Federal através do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial que promulgou em documento oficial (BRASIL, 2006, p. 13):

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (p.13). A 24ª denominação Sala de Recursos Multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento às diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve-se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional (p.14) Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado em Salas de Recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistivas, entre outros (p. 15). Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos (BRASIL, 2006, p. 13-15).

Dessa forma, serão atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais alunos com limitações em seu processo evolutivo ou dificuldades graves de aprendizagem que venham a dificultar o acompanhamento das atividades curriculares; assim como aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; alunos que evidenciam altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande dificuldade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico

(BRASIL, 2006, p. 16). Neste contexto a formação dos professores é imprescindível para que no processo de aprendizagem seja valorizado o potencial de cada aluno e que o fato de não poder ouvir, enxergar, andar ou qualquer outro déficit não sejam caracterizados como falta de competência para aprender e que não cause a desistência dos mesmos do ambiente escolar.

Caracterização Da Sala De Recursos

Para responder às perguntas acerca deste projeto, a presente pesquisa será realizada na Sala de Recursos da Escola Municipal “Hilma Dutra”. Para Alves (2006) a Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço da escola onde o Atendimento Educacional Especializado recebe o apoio necessário para o aprendizado, assim como dá suporte para a participação ativa dos alunos com deficiência nas atividades da escola de maneira independente através da oferta de recursos adaptados às necessidades de cada um. A Sala de Recursos é um espaço muito importante para apoiar os alunos que têm alguma deficiência, pois são levados em consideração suas necessidades cognitivas, emocionais, adaptativas no momento em que o mesmo adentra a escola, e em seguida é trabalhado para o mesmo permaneça na escola. É importante destacar que os recursos são equipamentos utilizados pelos alunos que lhes permite e favorece o desenvolvimento tanto dentro quanto fora da escola, trabalha principalmente suas dificuldades. Portanto, o profissional capacitado para atender esses alunos é imprescindível nesta sala.

Caracterização do Público da Sala de Recursos; Adequação Curricular e Recursos Materiais

Na sala de recursos são atendidos alunos que têm algum impedimento de longo prazo de natureza, intelectual, sensorial, física, ou qualquer outro fator que de alguma forma interfira na participação plena e efetiva dos mesmos na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas como: Deficiência Intelectual ou Cognitiva, Deficiência Física, Deficiência Múltipla, Transtorno Global do Desenvolvimento, Surdez, Deficiência Visual, Síndrome de Down, Superdotação. Quando falamos em inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, não nos referimos somente ao direito do mesmo a matrícula, mas também ao seu acompanhamento e principalmente

na adequação do currículo às características dos mesmos, como forma de garantir não somente ao acesso, mas principalmente a permanência dos mesmos, garantindo um ensino de qualidade, caracterizada pelo processo efetivo de aprendizagem.

Pedagogicamente as adequações curriculares são entendidas como meios pedagógicos que se destinam ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais de modo a favorecer seu processo de aprendizagem. Tais adequações são determinadas como alterações ou recursos diferenciados, materiais ou de comunicação para facilitar a aplicação do currículo escolar de forma mais ajustada com as particularidades específicas dos alunos. CARVALHO (2007) diz que a igualdade de oportunidade significa dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características. A LDB recomenda o recurso da adaptação no currículo como resposta às demandas de aprendizagem de um número expressivo de estudantes lesados pela massificação existente na educação formal decorrentes da homogeneização da ação pedagógica e da austeridade dos currículos. Os amolgamentos curriculares são imprescindíveis para a qualidade do ensino aprendizagem do aluno com deficiência, e quando são muito expressivas modificam a rotina do trabalho pedagógico com a turma e essas alterações têm o intuito de integrar todos os alunos no processo de ensino aprendizagem, promovendo de fato a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Constitui-se como uma das pertinências da sala de recursos, a responsabilidade, junto aos professores titulares pela garantia da adequação curricular, essa ação é primordial para favorecer o processo de ensino aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

Para que a sala de recursos seja funcional, os recursos materiais são indispensáveis, não há um número específico que essa sala deve ter, porém é necessário atribuir a identificação, a elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, tendo como objetivo eliminar os obstáculos para proporcionar ao aluno com necessidades educacionais especiais a participação plena no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto ALVES (2006) afirma que são variados os recursos pedagógicos e materiais que compõem a sala de recursos e aponta alguns dele no âmbito geral:

[...] jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, imãs, etc; jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor ou aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplem vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, histórias e outros; mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo, cadeiras com ajustes para o controle do tronco e da cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem de inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras; engrossadores de lápis e pinceis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades da vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional (ALVES, 2006, p.20).

Todos os materiais descritos por Alves são de extrema importância para atender os alunos que necessitam do suporte deste espaço. Em 2010 o Ministério da Educação iniciou a implantação de sala de recursos multifuncionais em todo Brasil, organizou um manual que consta uma lista de materiais que chegaram às escolas cadastradas neste programa denominado “PROGRAMA DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS”. Os materiais disponibilizados para compor a sala de recursos são: Equipamentos, Mobiliário, Material didático pedagógico. Estes materiais estão chegando aos poucos às escolas, enquanto isso cabe ao professor ter criatividade na confecção de materiais para atender os alunos com necessidades educacionais especiais

MÉTODO

O método utilizado nesta pesquisa foi uma análise bibliográfica com caráter descritivo e abordagem qualitativa. este método propõe buscar publicações semelhantes ou idênticas os instrumentos de coletas foram utilizados a observação, entrevista estruturada na pesquisa sobre a sala de recursos- apoios especializados à inclusão escolar dos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais que contribui significativamente para a inclusão dos alunos com deficiência no meio social e escolar, porém ainda há algumas situações que precisam ser reformuladas.

RESULTADOS/ANÁLISE DA PESQUISA

Com o intuito de analisar a sala de recursos e a sua relevância para o desenvolvimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, tendo como base a inclusão escolar, foi realizada uma pesquisa de campo numa escola pública do município de Barreirinha. A escola foi fundada no dia 13 de setembro de 1993 com o decreto municipal 065/93, que atende atualmente mais de 700 alunos com 22 turmas. É uma escola ampla e espaçosa, com 10 salas de aulas localizadas em um amplo espaço arborizado. A mesma conta com um organograma de gestão contendo as seguintes funções: equipe gestora formada pelo Diretor, coordenadora pedagógica e disciplinar, secretária e uma equipe de apoio à aprendizagem formada por duas pedagogas.

No ano de 2015 haviam de acordo com o senso 788 alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental I e II, deste total 32 (trinta e dois) ANEE atendidos na sala de recursos. A escola oferece uma sala de recursos generalista onde a pesquisa foi realizada. A sala de recursos tem 4 metros quadrados, um notebook direcionado a sala de recursos através do programa federal, estantes improvisadas, um quadro branco, um sofá uma bancada, onde são guardados os materiais pedagógicos, os jogos, as fichas de atendimento e os instrumentos necessários ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, uma mesa redonda e quatro cadeiras.

No questionário direcionado aos professores regentes pode-se constatar que dos 05 (cinco) abordados 60% responderam que atuam no magistério de 1(um) a 10(dez) anos e 40% de 11(onze) a 20(vinte) anos. Como tempo de atuação na escola 100% marcaram a alternativa de 1(um) a 10(dez) anos. Quando perguntados sobre o número de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado em sua sala de aula 80% responderam que 1(um) aluno e 20% 2(dois) alunos. Os professores foram questionados sobre seu parecer acerca da inclusão das crianças com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular responderam que a inclusão dos alunos é muito importante, pois possibilita a inserção de alunos com deficiência no mesmo ambiente dos alunos sem deficiência, além disso, mostra a necessidade de incentivo para que os professores busquem mais formações, salientando como ponto negativo, a falta de qualificação e recursos materiais adequados para esse trabalho. 100% afirmaram que um aluno de sua sala são atendidos na sala de recursos.

Quando perguntados sobre suas observações dentro da sala de aula no que diz respeito às melhorias na aprendizagem dos alunos atendidos na sala de recursos, 100% responderam que houve os avanços foram notáveis, o aluno começou a participar mais das atividades, são mais sociáveis, têm mais interesse, concentração, atenção, autonomia e auto estima. Quando questionados sobre o comportamento do aluno a partir do momento que passou a frequentar a sala de recursos 80% responderam que melhorou muito e 20% responderam que melhorou, mas precisa melhorar mais ainda. Foram questionados também sobre a participação em cursos de formação continuada. 80% responderam que sim, sempre que podem participam e 20% responderam que não. Foram perguntados também sobre o apoio da escola em relação a sala de recursos, 100% marcaram que a direção dá o apoio necessário e acredita na inclusão. O último questionamento é sobre sua visão em relação a sala de recursos, os mesmos afirmaram que é um instrumento que leva ao caminho da verdadeira inclusão, é um apoio importante, tanto para o aluno, quanto para o professor regente, e torna-se um apoio imprescindível ao aluno com deficiência, já que também oferece recursos para o desenvolvimento cognitivo.

Foram direcionados questionários a 3 (três) professores da sala de recursos, quando perguntados sobre sua opinião em relação a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, responderam que é este ato é considerado um avanço na vida dos alunos e que o ganho social depende disso, afirma a necessidade da socialização e integração desses alunos no meio social, porém ressaltam a preocupação da falta de qualificação e conhecimento dos professores em lidar com a deficiência principalmente dentro da sala de aula. Foram questionados sobre a importância da sala de recursos para a inclusão desses alunos, 100% consideram este espaço importante para o apoio oferecido. Quando questionados de que forma a sala de recursos pode apoiar o aluno inserido neste espaço, afirmaram que a sala de recursos deve fazer o atendimento individual ou coletivo, com o apoio de materiais diferenciados, assim como dando suporte tanto ao trabalho do professor, quanto às famílias dos alunos atendidos. Quanto aos materiais disponíveis, responderam que aos poucos a sala está recebendo e construindo os recursos necessários.

Segundo o questionário respondido 32 alunos são atendidos na sala de recursos, e que o ideal seria que cada aluno fosse atendido no mínimo duas vezes por semana, ou de acordo com sua deficiência, mais devido a grande quantidade de

alunos e espaço reduzidos, cada um é atendido 1 (uma) vez por semana em contraturno na sala de recursos. Quando foram questionados houve um treinamento prévio para atuar na sala de recursos, responderam que não tiveram uma orientação à priori. Mas 100% afirmaram que a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) disponibiliza cursos, e que na própria escola está sendo desenvolvido um grupo de estudos todas as sextas feiras relacionadas ao AEE e disponibilizada a todos os interessados, e concluíram que todos os cursos estão relacionados a sua área de formação. Durante duas semanas consecutivas foi realizada a pesquisa de campo e a observação aos alunos com deficiência. A sala de recursos não tem o tamanho apropriado para fazer o atendimento adequadamente, falta matérias tecnológicas para trabalhar por exemplo a tecnologia assistiva, faltam armários para guardar os materiais dos alunos que ficam sobrepostos nos balcões.

Os recursos utilizados são adequados e o relacionamento dos alunos com o professor é excelente, há uma grande cumplicidade entre os dois e é possível constatar a satisfação dos dois nos dias de atendimento. Em relação ao comprometimento do aluno na realização das atividades, foi possível perceber que os alunos atendidos tem motivação, mas qualquer coisa os distraem, é preciso que continuamente o professor esteja solicitando atenção, isso acontece principalmente com o aluno que tem autismo. A metodologia inicial sempre foi a mesma: acolhimento das crianças, conversa informal e apresentação do material a ser utilizado. Foram usados ábaco, libras, desenhos demonstrativos, alfabeto móvel, associações de letras e sons entre outros. As professoras estavam com o planejamento em dia, sempre com dinamismo e alegria, e isso transparecia aos demais alunos. Foi possível observar que de fato as crianças são instigadas a construir conceitos, lidar com situações eventuais. Apesar da dificuldade encontrada, as professoras da sala de recursos fazem um bom trabalho, são atenciosas, carinhosas quando necessário, mas também colocam limites quando se é observado que em casa não existem tais limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proporciona conhecimento de como é realizado o apoio ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais num contexto de sala de recursos em uma escola pública do município de Barreirinha, observou-se o rendimento dos alunos atendidos neste espaço, idêntica o conhecimento do professor para atuar nessa sala e também observa os recursos utilizados, assim como o ambiente trabalhado. Esta pesquisa aponta a sala de recursos como um espaço imprescindível para que efetivamente a inclusão aconteça, apresenta pontos negativos e positivos relacionados à Educação Inclusiva. Como ponto positivo ressalta a importância da inclusão escolar, pois insere os alunos com necessidades educacionais junto a outros alunos sem deficiência, abolindo assim as diferenças e como ponto negativo tem a falta de qualificação desses profissionais, falta de recursos e materiais necessários para o atendimento. Dessa forma, constata-se que os professores da sala de recursos demonstram compromisso com a questão da aprendizagem dos alunos, e na atuação de forma colaborativa junto aos professores da sala comum, a fim de definir estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo para os alunos que atendem.

Com relação aos alunos atendidos na sala de recursos foi possível perceber melhoras significativas como: participação ativa nas atividades desenvolvidas, interesse, superação dos limites, autonomia na maior parte do tempo, conhecimentos lógicos entre outros.

O resultado desta averiguação aponta melhorias sinópticas no aluno em diversos aspectos que envolvem o ambiente escolar e processo de ensino aprendizagem, para que a sala de recursos não seja criada somente devido a demanda de alunos, mas para proporcionar ao aluno autonomia tanto no meio escolar, quanto no meio social comprovando a hipótese levantada inicialmente.

Portanto, espera-se que a realização desta pesquisa incentive e motive a ampliação de projetos voltados à Educação Inclusiva, visto que dentro do município está é a única escola que tem uma sala de recursos e ainda tem pouco incentivo, é necessário uma visão inclusiva pedagógica, provocando assim reflexões sobre ele mesmo e sobre mecanismos escolares que geram a exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise. **Sala de recursos multifuncionais**. Espaços para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Secretaria da Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, Brasília.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CARVALHO, Adriano Andrei de. **Fundamentação Teórica para Processamento Digital de Imagens**. Departamento de Ciências da computação – Universidade Federal de Lavras – MG, 2003.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.